

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COPEDE / NTF – NÚCLEO TÉCNICO DE FORMAÇÃO
PROPOSTA DE FORMAÇÃO - EDITAL NTF/2021

Texto de autoria da área promotora

NÚMERO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO: 22293

NÚMERO DA PROPOSTA DE VALIDAÇÃO: -

NÚMERO DO COMUNICADO: 227

TIPO DE FORMAÇÃO: CURSO

ÁREA PROMOTORA:
DRE GUAIANASES

NOME:
GESTÃO NA OFERTA DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

MODALIDADE: A DISTÂNCIA (OBRIGATÓRIO CONTER O MÍNIMO DE 20% E MÁXIMO DE 40% EM ATIVIDADES PRESENCIAIS OU AULAS SÍNCRONAS).

CARGA HORÁRIA TOTAL: 21

CARGA HORÁRIA PRESENCIAL: -

CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES SÍNCRONAS: 21

CARGA HORÁRIA NÃO PRESENCIAL: -

CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA: -

JUSTIFICATIVA:

JUSTIFICATIVA (ESCLARECER INTENCIONALIDADE EDUCATIVA E RELEVÂNCIA À REDE MUNICIPAL DE ENSINO):

NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À INCLUSÃO EDUCACIONAL FORAM SE CONSOLIDANDO POR MEIO DE AÇÕES CONSENTÂNEAS AOS AVANÇOS EDUCACIONAIS, IMPLEMENTANDO AS SALAS DE APOIO ESPECIALIZADO, EM 1993; OS CENTROS DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO (CEFAIS), EM 2004; O PROGRAMA INCLUI, EM 2010; E A POLÍTICA PAULISTANA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM 2016.

A POLÍTICA PAULISTANA TEM O OBJETIVO DE ASSEGURAR O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A PARTICIPAÇÃO PLENA E A APRENDIZAGEM DE BEBÊS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO – TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS E ESPAÇOS EDUCATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OBSERVADAS AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO DECRETO 57.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

A ATUAÇÃO DA GESTÃO NA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DESSAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLICA NA ORGANIZAÇÃO, NO MONITORAMENTO E NA AVALIAÇÃO DE TODO O PROCESSO QUE ENVOLVE A OFERTA DOS SERVIÇOS. NO CASO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, ESSE PAPEL CABE AOS CENTROS DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO (CEFAIS).

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É CONJUNTO DAS ATIVIDADES DIRETAMENTE DESTINADAS À EXECUÇÃO CONCRETA DAS TAREFAS OU INCUMBÊNCIAS CONSIDERADAS DE INTERESSE PÚBLICO OU COMUM, NUMA COLETIVIDADE OU ORGANIZAÇÃO ESTATAL (BOBBIO, MATTTEUCCI, PASQUINO, 1998). SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS TERRITÓRIOS, É IMPORTANTE LISTAR ALGUMAS AÇÕES CONSIDERADAS FUNDAMENTAIS E QUE PRECISAM SER OBSERVADAS NA GARANTIA DA OFERTA DOS SERVIÇOS:

PLANEJAR:

- O PLANEJAMENTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM O QUE ESTÁ PREVISTO NA POLÍTICA PÚBLICA, POR MEIO DO MARCO LEGAL, POLÍTICO E PEDAGÓGICO VIGENTE;
- DEVE CONTER OBJETIVOS QUE POSSAM SER MENSURADOS.

EXECUTAR:

- UTILIZAR TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS E DISPONÍVEIS PARA IMPLEMENTAR O PLANEJADO;
- ORGANIZAR E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO, A FIM DE QUE SEJA POSSÍVEL SUA VERIFICAÇÃO (AVALIAÇÃO).

VERIFICAR:

- A ANÁLISE DOS RESULTADOS DEPENDE DA BOA ELABORAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS PREVISTAS NO PLANEJAMENTO E DO SISTEMÁTICO ACOMPANHAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO.

AGIR:

- A VERIFICAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DETERMINA AS AÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS PARA CORRIGIR DISTORÇÕES, APROFUNDAR AÇÕES EM CURSO OU MODIFICAR O REPLANEJAMENTO, CONSIDERANDO AS VARIÁVEIS NO PERCURSO.

TAIS PRINCÍPIOS PODEM SER OBSERVADOS NO ART. 7º DA PORTARIA Nº 8.764/2016, QUE REGULAMENTA O DECRETO Nº 57.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016, QUE INSTITUI NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO A POLÍTICA PAULISTANA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. O TEXTO TRAZ AS ATRIBUIÇÕES DO CEFAI EM RELAÇÃO A QUESTÕES RELATIVAS À GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM DESTAQUE A: ANÁLISE DE DEMANDA DO TERRITÓRIO (INC. I); FORMAÇÃO PERMANENTE (INC. II); PRODUÇÃO DE DADOS E REGISTROS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS (INC. XIII); E REGISTROS DE ACOMPANHAMENTO (INC. XIV).

A PARTIR DESSAS CONSIDERAÇÕES, ESTA ASSESSORIA TEM O INTUITO DE TRABALHAR COM A GESTÃO DO CEFAI DA DRE GUAIANASES, NA ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DO CEFAI AO LONGO DE 2022 E, A PARTIR DISSO, CONTRIBUIR PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO PARA 2023. TAL AÇÃO É NECESSÁRIA, CONSIDERANDO AS ATRIBUIÇÕES DESCRITAS NO ART. 7º, À LUZ DAS AÇÕES ACIMA LISTADAS, E AS ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. ASSIM, É FUNDAMENTAL O LEVANTAMENTO DAS BARREIRAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO PARA A PLENA OFERTA DOS SERVIÇOS, CONFORME DISPOSTO NOS MARCOS NORMATIVOS.

OBJETIVOS:

- CONTRIBUIR PARA A GESTÃO DO CEFAI NA CRIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL;
- ANALISAR O DISPOSTO NA POLÍTICA PÚBLICA (ATOS NORMATIVOS) A FIM DE VERIFICAR PONTOS SENSÍVEIS E PONTOS FORTES NA ATUAL CONJUNTURA;
- MAPEAR AS NECESSIDADES FORMATIVAS DOS EDUCADORES DO TERRITÓRIO;
- CONTRIBUIR PARA A ESCRITA INICIAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CEFAI, CONSIDERANDO A ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DO CEFAI PARA 2022 E AS AÇÕES A SEREM REALIZADAS EM 2023.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

ENCONTRO 1 – DEMANDAS INICIAIS

- 1)ESCUTA DA EQUIPE GESTORA, PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMANDAS DO CEFAI NA GARANTIA DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 2)ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, POR NATUREZA E ORDEM DE PRIORIDADE
- 3)DEFINIÇÃO DAS TAREFAS A SEREM EXECUTADAS PARA O PRÓXIMO ENCONTRO, A PARTIR DAS PRIORIDADES ESTABELECIDAS

ENCONTRO 2 – ORGANIZAÇÃO DOS TÓPICOS PRIORITÁRIOS

- 1)APRESENTAÇÃO DOS TÓPICOS PRIORITÁRIOS
- 2)DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DE CADA TÓPICO NO TERRITÓRIO
- 3)LEVANTAMENTO DE HIPÓTESES E DE POSSIBILIDADES DE RESOLUÇÕES

ENCONTRO 3 – IDENTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS NA EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CEFAI

- 1)APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO REALIZADO
- 2)ANÁLISE COLETIVA DOS DADOS
- 3)DELIMITAÇÃO DOS FOCOS DE ATUAÇÃO
- 4)ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES (PRÉVIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO)

ENCONTRO 4 – EIXOS TEMÁTICOS

1)A PARTIR DA PRÉVIA REALIZADA NO ENCONTRO ANTERIOR, LISTAR AS AÇÕES A SEREM REALIZADAS, CONSIDERANDO:

- A)FORMAÇÕES NECESSÁRIAS (PARA EDUCADORES)
- B)FORMAÇÕES NECESSÁRIAS (AO CEFAl, NO QUE DIZ RESPEITO À ADMINISTRAÇÃO)
- C)MODIFICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CEFAl
- D)USO DOS ATUAIS INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO CEFAl
- E)RECURSOS NECESSÁRIOS (AQUISIÇÃO)
- F)OUTROS

ENCONTRO 5 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 1

1)ELABORAÇÃO DE UM DOCUMENTO PRÉVIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, CONSIDERANDO OS EIXOS TEMÁTICOS, A FIM DE CONTRIBUIR PARA O PLANO DO CEFAl 2023

ENCONTRO 6 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2

- 1)CONTINUAÇÃO DO TRABALHO INICIADO NO ENCONTRO ANTERIOR
- 2)ESCRITA E FECHAMENTO DA VERSÃO FINAL DO DOCUMENTO, CONTEMPLANDO AÇÕES E DEMANDAS QUE FARÃO PARTE DO PLANO DO CEFAl 2023

ENCONTRO 7 – ENCERRAMENTO

- 1)AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 2)OBSERVAÇÕES DA FORMADORA SOBRE O PLANO ESTABELECIDO
- 3)ESPAÇO ABERTO PARA AS CONSIDERAÇÕES DA EQUIPE
- 4)AVALIAÇÃO GERAL DA ASSESSORIA (CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES, COMENTÁRIOS)

PROCEDIMENTOS:

- 1)A FORMAÇÃO SERÁ ON-LINE, POR MEIO DE ENCONTROS SÍNCRONOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM TEAMS;
- 2)NOS ENCONTROS INICIAIS, OS PARTICIPANTES APRESENTARÃO SUAS DEMANDAS, EM RELAÇÃO AOS ITENS PREVISTOS NOS ENCONTROS 1 E 2, TENDO COMO ATIVIDADE PRINCIPAL O LEVANTAMENTO E A APRESENTAÇÃO DE ITENS A SEREM DISCUTIDOS NO ENCONTRO 3 (NO QUAL SERÁ FEITA A ANÁLISE COLETIVA DO MATERIAL ORGANIZADO);
- 3)PARA A SISTEMATIZAÇÃO, A SER REALIZADA NOS ENCONTROS 4 A 6, SERÁ UTILIZADA A PLATAFORMA DE DOCUMENTOS DA MICROSOFT (DISPONÍVEL NO TEAMS);
- 4)NELA, OS PARTICIPANTES REGISTRARÃO AS DISCUSSÕES E CRIARÃO, COLETIVAMENTE, OS CONTEÚDOS PROPOSTOS PARA OS EIXOS TEMÁTICOS E A VERSÃO PRÉVIA E FINAL DE UM DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PLANO 2023).
- 5)A AVALIAÇÃO SERÁ FEITA, ALÉM DA CONVERSA NO ENCONTRO 7, POR MEIO DE UM FORMULÁRIO ON-LINE (PREVISTO NO ITEM A SEGUIR).

ATIVIDADE OBRIGATÓRIA:

PREENCHIMENTO DE UM QUESTIONÁRIO FINAL DE AVALIAÇÃO.

CRONOGRAMA DETALHADO:

DATAS: 04/11, 07/11, 11/11, 18/11, 25/11, 02/12 E 19/12 - DAS 09H ÀS 12H
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: PLATAFORMA TEAMS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

ENCONTRO 1 – DEMANDAS INICIAIS

- 1)ESCUTA DA EQUIPE GESTORA, PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMANDAS DO CEFAl NA GARANTIA DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 2)ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, POR NATUREZA E ORDEM DE PRIORIDADE
- 3)DEFINIÇÃO DAS TAREFAS A SEREM EXECUTADAS PARA O PRÓXIMO ENCONTRO, A PARTIR DAS PRIORIDADES ESTABELECIDAS

ENCONTRO 2 – ORGANIZAÇÃO DOS TÓPICOS PRIORITÁRIOS

- 1) APRESENTAÇÃO DOS TÓPICOS PRIORITÁRIOS
- 2) DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DE CADA TÓPICO NO TERRITÓRIO
- 3) LEVANTAMENTO DE HIPÓTESES E DE POSSIBILIDADES DE RESOLUÇÕES

ENCONTRO 3 – IDENTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS NA EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CEFAl

- 1) APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO REALIZADO
- 2) ANÁLISE COLETIVA DOS DADOS
- 3) DELIMITAÇÃO DOS FOCOS DE ATUAÇÃO
- 4) ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES (PRÉVIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO)

ENCONTRO 4 – EIXOS TEMÁTICOS

- 1) A PARTIR DA PRÉVIA REALIZADA NO ENCONTRO ANTERIOR, LISTAR AS AÇÕES A SEREM REALIZADAS, CONSIDERANDO:
 - A) FORMAÇÕES NECESSÁRIAS (PARA EDUCADORES)
 - B) FORMAÇÕES NECESSÁRIAS (AO CEFAl, NO QUE DIZ RESPEITO À ADMINISTRAÇÃO)
 - C) MODIFICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CEFAl
 - D) USO DOS ATUAIS INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO CEFAl
 - E) RECURSOS NECESSÁRIOS (AQUISIÇÃO)
 - F) OUTROS

ENCONTRO 5 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 1

- 1) ELABORAÇÃO DE UM DOCUMENTO PRÉVIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, CONSIDERANDO OS EIXOS TEMÁTICOS, A FIM DE CONTRIBUIR PARA O PLANO DO CEFAl 2023

ENCONTRO 6 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2

- 1) CONTINUAÇÃO DO TRABALHO INICIADO NO ENCONTRO ANTERIOR
- 2) ESCRITA E FECHAMENTO DA VERSÃO FINAL DO DOCUMENTO, CONTEMPLANDO AÇÕES E DEMANDAS QUE FARÃO PARTE DO PLANO DO CEFAl 2023

ENCONTRO 7 – ENCERRAMENTO

- 1) AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 2) OBSERVAÇÕES DA FORMADORA SOBRE O PLANO ESTABELECIDO
- 3) ESPAÇO ABERTO PARA AS CONSIDERAÇÕES DA EQUIPE
- 4) AVALIAÇÃO GERAL DA APOIO (CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES, COMENTÁRIOS)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO:
SEM CERTIFICAÇÃO

BIBLIOGRAFIA:

- BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. _____ . DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, 2009.
- _____. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, 2011.
- _____. LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015. INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). DISPONÍVEL EM: <
[HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2015-2018/2015/LEI/L13146.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. ACESSO EM: 26 JUL. 2019.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 04 CNE/CEB. BRASÍLIA, 2009.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. MEC, 1996.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. NOTA TÉCNICA Nº 19. PROFISSIONAIS DE APOIO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

MATRICULADOS NAS ESCOLAS COMUNS DA REDE PÚBLICAS DE ENSINO. 2010.
_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. NOTA TÉCNICA Nº 11. ORIENTAÇÕES PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA ESCOLA, DA OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. 2010.
_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. NOTA TÉCNICA Nº 13. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA OPERACIONALIZAÇÃO PELOS SISTEMAS DE ENSINO. 2008.
_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. BRASÍLIA: MEC/SEESP, 2008.
BOBBIO, NORBERTO ET AL. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. VOL. 1. BRASÍLIA: EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, V. 674, 1998.
GENTILINI, J.A. ATORES, CENÁRIOS E PLANOS: O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL E A EDUCAÇÃO. CADERNOS DE PESQUISA [ONLINE]. 2014, V. 44, N. 153, PP. 580-601. DISPONÍVEL EM:<[HTTPS://DOI.ORG/10.1590/198053142954](https://doi.org/10.1590/198053142954). ACESSO EM: 15 OUT. 2022.
MANTOAN, M.T.E.; SANTOS, M.T.C.; MACHADO, R. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: A ESCOLA COMUM INCLUSIVA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, V. 1, 2010.
MANTOAN, M.T.E.; SANTOS, M.T.T. DOS. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NOS MUNICÍPIOS. SÃO PAULO: MODERNA, 2010.
SÃO PAULO (MUNICÍPIO). CURRÍCULO DA CIDADE. SÃO PAULO: SME/COPED, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://EDUCACAO.SME.PREFEITURA.SP.GOV.BR/CURRICULO-DA-CIDADE](https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/curriculo-da-cidade). ACESSO EM: 15 OUT. 2022.
_____. DECRETO Nº 57.379 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016. INSTITUI, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, A POLÍTICA PAULISTANA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. SÃO PAULO, 2016.
_____. PORTARIA Nº 8.764 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016. REGULAMENTA O DECRETO Nº 57.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016, QUE “INSTITUI NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO A POLÍTICA PAULISTANA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA”. SÃO PAULO, 2016.
WU, X. GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: GERENCIANDO PROCESSOS / XUN WU, M. RAMESH, MICHAEL HOWLETT, SCOTT FRITZEN; TRADUZIDO POR RICARDO AVELAR DE SOUZA. – BRASÍLIA: ENAP, 2014.

QUANTIDADE DE TURMAS: 1; VAGAS POR TURMA: 20

TOTAL DE VAGAS: 20

PÚBLICO ALVO:

PROF. DE ED. INF., PROF. E.F. II E MÉDIO, PROF. ED. INF. E ENS. FUND. I - DESIGNADO COMO PROFESSOR DE APOIO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO (PAAI); ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO I EM EXERCÍCIO NO CEFAL.

FUNÇÃO ESPECÍFICA:

-

HAVENDO VAGAS REMANESCENTES, PODERÃO SER CONTEMPLADOS OS SEGUINTE CARGOS COMO PÚBLICO-ALVO):

-

CORPO DOCENTE:

A PROFA. MS. MEIRIENE CAVALCANTE BARBOSA (MEIRE CAVALCANTE) É GRADUADA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO) PELA FACULDADE CÁSPER LÍBERO (SÃO PAULO/SP); MESTRA E DOUTORANDA EM EDUCAÇÃO PELO LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENSINO E DIFERENÇAS (LEPED) DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP (CAMPINAS/SP); E GRADUANDA DE PEDAGOGIA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (BRASÍLIA/DF). FOI REPÓRTER E EDITORA DE DIVERSAS REVISTAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO. ATUOU COMO CONSULTORA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) E DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI), NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – E COMO COORDENADORA GERAL DE PROJETOS DE INCLUSÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA (SMPED) DE SÃO PAULO. É PESQUISADORA, PROFESSORA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PALESTRANTE, FORMADORA DE EDUCADORES E CONSULTORA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. COORDENA REGIONALMENTE O FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SUDESTE. ACESSO PARA O CV LATTES:

[HTTP://LATTES.CNPQ.BR/2435398207376599](http://lattes.cnpq.br/2435398207376599)

INSCRIÇÕES (PROCEDIMENTOS E PERÍODO):

AUTOMÁTICAS PELA DRE

AUTOMÁTICAS PELA DRE
NÃO HÁ CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

CONTATO COM A ÁREA RESPONSÁVEL:
2554- 1167

Documento Nº: 11440